



A HETEROGENEIDADE PSICOSSOCIOLÓGICA DO FENÔMENO DAS CRIANÇAS NAS RUAS

Ana Flavia Souza Santana¹

Sônia Maria Rocha Sampaio

RESUMO:

Esse trabalho teve como foco principal descrever a cultura de um grupo de crianças em situação de rua e que no período de realização da pesquisa frequentavam assiduamente o mesmo espaço urbano. A pesquisa foi desenvolvida no quadro teórico da Sociologia da Infância, do interacionismo simbólico e da abordagem etnográfica. Os dados foram coletados ao longo de um ano de observação participante junto a crianças atendidas pela educação de rua da ONG Projeto Axé, localizada na cidade de Salvador, Bahia (Brasil). O trabalho discute a forma como as crianças se apropriam do contexto rua, buscando entender como as diferentes áreas urbanas auxiliam na apresentação de um jeito de ser característico dos “meninos de rua”². Discute os modos de apresentação de si mesmos e a funcionalidade desses modos, tanto em relação à aparência quanto de linguagem. Descreve suas relações com a família e outros adultos, como estes atores são fundamentais na construção de uma carreira de rua. Discute a carreira de rua, na defesa de que cada criança constrói uma história própria, que não pode ser generalizada, valorizando a cultura e os saberes que ela constrói na interação com a realidade da qual faz parte.

Palavras-chave: Crianças em situação de rua, carreira de rua, heterogeneidade psicossociológica.

THE HETEROGENEITY OF THE SOCIAL PSYCHOLOGICAL PHENOMENON OF STREET CHILDREN

ABSTRACT:

This work has the main focus on describing the culture of a group of children and adolescents with street experience who frequent the same urban location. The research was developed and based on sociology of childhood, symbolic interactionism and ethnographic boarding that has the data which the own research has analyzed. Moreover, the data has been collected throughout one year of direct observation on the children who have been assisted by education of Axe project. The paper discusses how children appropriate the street context, seeking to understand how different urban areas help to present a way to be characteristic of "street children"; it discusses the ways of presenting themselves and the functionality of these modes, both in terms of appearance and language, describing their relationships with family and other adults, as these are key actors in building a career in the street; it discusses the career in the street, in the defense of which each child builds his own story , which can not be generalized, valuing the culture and knowledge that it constructed in interaction with reality to which it belongs.

Key-words: street children, career in the street, heterogeneity psychosocial.

¹ Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). E-mail: aflavia_santana@yahoo.com.br

² A pressuposição de um jeito de ser característico das crianças que frequentam as ruas é feita pelo senso comum, estando presente nas representações sociais que circulam na cotidianidade. As vezes que esta expressão foi utilizada no texto é exatamente para fazer referência a estas representações.



1 Introdução

A presença de crianças nas ruas das grandes cidades não é um fenômeno recente. Além dos registros históricos que evidenciam crianças “abandonadas em vias públicas” desde meados do século XIX (GILBERTO FREYRE apud RIZZINI, 2003, p. 17), existem também relatos de crianças pelas ruas em diferentes países, como Ucrânia (NATERER e GODINA, 2011), Gana (MIZEN e OFOSU-KUSI, 2010), Kênia (DAVIES, 2008) Nâmbia (GRUNDLING e GRUNDLING 2005), Paquistão (ALI, SHAHAB, USHIJIMA e MUYNCK, 2004) etc., o que evidencia a grande extensão do problema.

No Brasil pesquisas e estudos começaram a ser sistematizados no fim da década de 1970. Rizzini (2003) faz referência ao Ano Internacional da Criança, promovido pela ONU em 1979, com debates a favor do bem-estar da infância em geral. Nos primeiros anos da década de 80, as pesquisas deram maior visibilidade aos chamados “meninos de rua”³, na época tratados como a “geração de rua” (RIZZINI, 2003), e se caracterizavam como descritivos, buscando quantificar e elaborar um perfil dos “meninos de rua” com dados referentes às questões de gênero, faixa etária, idade em que se iniciaram na rua, cotidiano nas ruas. Com o avanço das pesquisas, temas como família e fatores que impulsionavam a ida à rua foram também enfocados, especialmente a fragilidade/desestruturação das famílias quanto a capacidade de cuidar de seus filhos.

A década de 90 foi marcada pela análise do fenômeno a partir do ponto de vista sócio-econômico (RIZZINI, 2003). Isso favoreceu o deslocamento do foco da família tida como “desestruturada”, para a visão da família com sérios problemas de sobrevivência.

Mais recentemente as abordagens migraram para os estudos dos modos de vida, subjetividade dessas crianças e aspectos do seu desenvolvimento cognitivo, emocional e físico (MINERVINO, DIAS, SILVEIRA E ROAZZI, 2010; CIRINO E ALBERTO, 2009; ABDELGALIL, GURGEL, THEOBALD E CUEVAS, 2004). Rizzini, Caldeira, Ribeiro e Carvano (2010) complementam essa questão com as drogas: “com o passar dos anos, o fenômeno ganhou novos contornos, sendo o acesso às drogas, como o crack, um dos aspectos mais visíveis da atualidade” (RIZZINI, CALDEIRA, RIBEIRO e CARVANO, 2010, p. 14).

Embora tenha sido observado o amadurecimento das temáticas sobre as crianças em situação de rua, percebe-se que as políticas públicas que deveriam viabilizar a solução do

³ Já explicado seu uso em nota anterior. Além disso, nesse caso, está-se fazendo referência aos primeiros anos da década de 80, momento em que ainda não se utilizava a expressão “crianças em situação de rua”.

fenômeno não vão pelo mesmo caminho, muitas vezes contradizendo o que as pesquisas apontam. Conforme explicita Rizzini et al. (2010, p. 14)

o olhar sobre estas crianças e adolescentes como um problema continua presente. Ainda hoje predominam respostas inadequadas e ações repressoras por parte do poder público, representadas pelas operações de “controle urbano” e de “recolhimento” de crianças e adolescentes das ruas. Tais ações violam seus direitos humanos, previstos em diversos artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O descompasso entre o desenvolvimento das pesquisas e as políticas públicas pode explicar a redução de pesquisas e publicações sobre as crianças em situação de rua, no transcorrer da primeira década dos anos 2000. Entretanto, Rizzini et al. (2010) se pergunta “o que aconteceu de lá pra cá?” (p. 04); em publicação produto da assessoria ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro, busca reanimar o debate sobre as crianças em situação de rua e “reencontrar o caminho” (p. 04) das políticas públicas de garantia de melhores condições de vida de crianças e adolescentes em situação de rua. Morais, Neiva-silva e Koller (2010) também reaquecem o debate sobre a questão com a publicação de um livro sobre aspectos teórico-metodológicos sobre as crianças em situação de rua.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma perspectiva transdisciplinar, compreendendo a presença e vida das crianças em situação de rua como um fenômeno complexo, multidimensionado. Assim, utilizou-se referenciais da Sociologia da Infância (SARMENTO, 2002; MONTANDON, 2001; SIROTA, 2001), que entendem as crianças como atores sociais, produtoras de cultura e com direitos à participação na construção do conhecimento sobre si e o contexto onde se inserem; da Psicologia do Desenvolvimento; e da Psicologia Social, mais especificamente, com a teoria do Interacionismo Simbólico (COULON, 2007). O interacionismo simbólico sublinha a natureza simbólica da vida social. Esta compreensão serve como fundamento para a escolha da abordagem metodológica: a etnográfica. A etnografia (LAPLANTINE, 2004) prevê a inserção do pesquisador como um exercício de aproximação na/da cultura do outro, numa abordagem micro-sociológica exatamente por compreender que a apropriação da cultura do outro só é possível mediante a apropriação dos sentidos e significados próprios a ela.

A cultura do grupo de crianças apresentada nesse artigo é importante na medida em que reafirma a construção de histórias próprias, peculiares, nem sempre vinculadas às representações sociais instituídas associadas ao abandono ou às famílias “desestruturadas”,

por exemplo. As especificidades deste grupo confirmam a heterogeneidade psicossociológica da qual fala Lucchini (2000, 2003), contrariando a ideia da existência de uma única modalidade de partida e permanência nas ruas, uma única condição de vida, uma única forma de entender e se apropriar da rua por parte das crianças. Este deve ser um indicador importante à elaboração de políticas públicas que leve em consideração o que as crianças em situação de rua desejam e efetivamente necessitam.

2 Método

2.1 Contexto

A pesquisa foi desenvolvida ao longo de um ano na cidade de Salvador/BA em bairros reconhecidos como de maior incidência de crianças em situação de rua, predominantemente no bairro Pituba. O acesso às crianças se deu através da parceria com a ONG Projeto axé, mais especificamente através da atividade de educação de rua, o que foi fundamental para o estabelecimento de vínculos de confiança, sem os quais a pesquisa se tornaria inviável, já que as crianças viviam desconfiadas dos objetivos das pessoas que se aproximavam, pois algumas destas pessoas tinham relação com instituições repressoras ou de recolhimento. O Projeto Axé é uma ONG que atua na cidade de Salvador/BA com crianças em situação de rua, bem como com aquelas que vivem em situação de vulnerabilidade e risco social.

2.2 Procedimentos

A estratégia metodológica utilizada para esta pesquisa foi da observação participante, de abordagem etnográfica, realizada ao longo de um ano, sendo duas visitas semanais. Integrada ao Projeto Axé, a pesquisadora acompanhou a educação de rua desenvolvida pela ONG. Os dados utilizados foram registrados no diário de campo. Nele foram descritos os acontecimentos do dia, bem como inferências, sentimentos e opiniões relativas ao que foi visto e vivido em cada uma das visitas realizadas na rua. Além do diário de campo, alguns momentos da observação participante foram gravados em áudio. Estas gravações foram transcritas e também serviram como fonte de dados interessantes.

2.3 Participantes

Participaram desta pesquisa crianças que, no período da realização da observação participante viviam e trabalhavam nas ruas do bairro Pituba, em Salvador/Ba. A idade delas variou dos 10 aos 17 anos⁴ e o predomínio era de meninos. Uma menina frequentava o bairro regularmente e outra aparecia de forma irregular para vender doces. O termo de consentimento livre e esclarecido foi assinado pelo coordenador da ONG parceira, uma vez que a pesquisa foi desenvolvida na rua e os educadores de rua é que intermediavam o acesso às crianças. Além disso, em todos os momentos houve uma preocupação de que as crianças fossem informadas da presença e participação da pesquisadora nas atividades desenvolvidas na rua, sendo realizada, no primeiro encontro com a criança, uma apresentação dos objetivos da pesquisa. A descrição da análise dos dados contemplou o requisito do sigilo em relação à identidade dos participantes.

3 Análise e discussão dos dados

3.1 O Contexto Rua

O contexto rua é uma das dimensões mais importantes da discussão acerca da presença de crianças nas ruas das cidades, ao contrário das descrições que o vincula ao ócio ao vício, à delinquência, à criminalidade (MOURA, 1999), procurou-se compreender a rua como um espaço de vida, de sobrevivência e de formação de vínculos (MORAIS, NEIVA-SILVA, KOLLER, 2010). A rua é, para as crianças, um ambiente no qual se desdobram as mais diversas atividades (lucrativas, lazer, trabalho, infrações, busca de alimentos etc.) e possibilidades de vida, abrangendo um espaço peculiar para a vivência de um jeito de ser característico dos “meninos de rua”⁵. Portanto, descrever e analisar o contexto rua é apresentar os aspectos que permitem que esse espaço seja apropriado pelas crianças e a relação entre as características dos espaços frequentados por elas e sua funcionalidade para o grupo, bem como as possibilidades e impossibilidades que a rua permite como condições de sobrevivência, segurança e de realização de atividades da vida diária.

Falar da rua, entretanto, não significa que todos os espaços possuem as mesmas características. Cada área possui suas especificidades. Os bairros são diferentes entre si, pois apresentam características próprias, que se relacionam com o tipo de movimentação e apropriação do espaço, experimentadas pelas crianças. Em função disso, as crianças também

⁴ A Declaração Universal dos Direitos das Crianças declara como criança todo ser humano menor de 18 anos.

⁵ Assim como o senso comum as representam.

assumem diferentes características, de acordo com as possibilidades de cada espaço urbano. Em alguns bairros as crianças aparecem muito sujas, com roupas rasgadas e sempre folgadas; andam descalças, apresentam feridas pelo corpo; algumas apresentam cabelos grandes e mal tratados. Poucas frequentam a escola ou voltam para casa no mesmo dia. Quase todas afirmam não voltar para casa a mais ou menos três meses. Mantêm relação mais constante e direta com policiais, seja por infrações ou mesmo pela convivência no local. O uso da droga é cotidiano e intenso.

Em outros bairros, entretanto, as crianças não são tão sujas, mal trapilhas, descalças e feridas. Geralmente são crianças que vêm de casa com “guias” (expressão utilizada na Bahia para referir-se aos produtos com os quais vendedores ambulantes trabalham) a serem vendidas para, no final da tarde, retornarem para casa. Muitos vinham da escola e outros iam para as praças, porque sabiam que os educadores do Projeto Axé estariam presentes. Apesar de poucos, também havia aqueles que tinham dormido na rua durante alguns dias e outros que começavam a ver nisso uma possibilidade.

Essas diferenças mostram que cada bairro facilita, a seu modo, a emergência de características relacionadas ao imaginário social acerca dos “meninos de rua”. Assim, a disposição do bairro possibilita o exercício de um jeito de ser característico dos “meninos de rua”: a igreja e os “barões” favorecem a mendicância, pois ajudam muitas das crianças que se aproximam com um discurso estratégico para conseguir comida, roupas, dinheiro ou qualquer outro tipo de ajuda. Os “barões”⁶, além de “fregueses”⁷ (ou seja, aqueles que ajuda com frequência determinada criança), também se configuram como alvo de furtos. As lojas, por sua vez, permitem a aglomeração dos “barões” e o estacionamento de carros, os quais eles irão “tomar conta” e ganhar um “trocado”. A quantidade de sinaleiras e cruzamentos é a principal característica do bairro que facilita a permanência das crianças, uma vez que muitas delas realizam atividades de malabares e do rodo⁸. As esquinas permitem o encontro, as trocas de objetos variados, o descanso. A praia, além de ser utilizada para higiene pessoal também é frequentada como espaço lúdico.

A observação rigorosa das relações entre as atividades das crianças e as características do bairro permite compreender que para ser “menino de rua” não se pode

⁶ Expressão usada pelas crianças.

⁷ Idem

⁸ Atividade desenvolvida nas sinaleiras. Consiste em jogar água com sabão (ou não) no pára-brisa dos carros, ensaboá-lo e em seguida retirar a espuma com um pequeno rodo.

frequentar qualquer área da cidade. Os bairros e as ruas precisam ter características que possibilitem a realização de tarefas e atividades ligadas à vida cotidiana. Alguns bairros parecem funcionar como espaço de preparação para a carreira de “menino de rua”, mas a atualização deste *status*, como Lucchini (2003) apresenta, é reforçado pela escolha de determinada área, que possibilita a apropriação do espaço.

Outro aspecto importante da especificidade dos bairros é o tipo de apropriação e funcionalidade que ele possibilita às crianças como forma de utilização e realização das atividades cotidianas. É interessante perceber que cada espaço adquire uma funcionalidade própria, atribuída pela criança, a partir das suas necessidades. Os espaços públicos (praias, ruas, esquinas, praças, etc.) e seus equipamentos são utilizados de diferentes formas, servindo à realização de atividades privadas (banho, alimentação, sexo, etc.).

A apreensão da cultura da rua, entretanto, não se dá apenas pela questão prática e material que configura a utilização concreta do espaço. O mundo da rua passa a pertencer às crianças quando elas se apropriam simbolicamente de um território, que deixa de ser um lugar qualquer (MENEZES e BRASIL, 1998), atribuindo-lhe um significado particular, identitário e simbólico.

Rizzini (2003) traz a ideia de ludicidade da rua e afirma que a convivência em grupo e as oportunidades de lazer que os centros urbanos oferecem são importantes fatores de atração que, muitas vezes, afastam crianças e jovens de seus espaços de origem. A atratividade também está relacionada à imagem de liberdade que o espaço da rua proporciona, configurando-se como oportunidade das crianças estarem na companhia dos amigos, divertindo-se, namorando, “aprontando”, usando drogas, sem o controle ou supervisão, especialmente nos centros urbanos que são mais livres e amplos.

O contexto rua também possibilita que a criança se relacione com diversos atores sociais e instituições. Os atores sociais (policiais, transeuntes, comerciantes, prostitutas, “gringos”, moradores de rua etc.) e as instituições (delegacias, casas de acolhimento, conselho tutelar, juizado de menores etc.) desenvolvem interações e relações com elas e esses contatos, mesmo os mais casuais, influenciam a dinâmica de suas vidas nas ruas.

A figura do policial parece ser merecedora de destaque, pois a literatura e a mídia geralmente apontam para a complicada relação com policiais, em função de grupos de extermínio especializados no assassinato de crianças. Segundo Cerqueira-Santos, Koller, Pilz, Dias e Wagner (2006), apesar do relato comum de palavras e atitudes carregados de

preconceitos, incluindo que as ações policiais limitam e impõem fronteiras ao espaço e às crianças,

muitas crianças contam histórias sobre o apoio recebido na rua de pessoas, em geral de policiais. Há muitos que indicam o policial como amigo, como ‘tio’ e como pessoas com quem sabem que podem contar nas horas de necessidade e de busca de companhia. (CERQUEIRA-SANTOS, KOLLER, PILZ, DIAS, WAGNER, 2006, p. 249).

Assim, nem sempre essa relação é de tensão. Geralmente as crianças conhecem policiais e eles também sabem quem é cada uma delas, especialmente, as que já se envolveram em algum tipo de infração ou delito, o que nem sempre representa uma ameaça à sua integridade ou um desrespeito à legislação específica voltada para a criança e o adolescente. Em muitas circunstâncias, a relação com esses adultos é considerada pelas crianças como mais segura e previsível do que com outros desconhecidos.

A relação com comerciantes nem sempre é tranquila. As crianças geralmente se juntam em frente a lanchonetes, a mercadinhos, a restaurantes e a pizzarias para conseguir o que comer. Muitas vezes os responsáveis pelo estabelecimento comercial expulsam-nas, quando não, demonstram insatisfação pela presença das crianças, pois elas atrapalham o serviço e importunam os clientes com pedidos de esmola.

Além dessas relações, as crianças interagem corriqueiramente com instituições que fazem parte da rede que deveria favorecer sua proteção. É muito comum se ter notícias de que uma ou outra criança tenha sido encaminhada ao CAM (Centro de Acolhimento ao Menor) ou ao juízo de menores. As crianças também se movimentam entre a rua e as casas de acolhimento Dom Timóteo e Oxum (casas de acolhimento masculina e feminina, respectivamente, mantidas pela Prefeitura Municipal de Salvador). Também se relacionam constantemente com organizações não governamentais. Santana (2010) acrescenta que a trajetória de vinculação institucional, a relação com as diversas instituições de atendimento, vai se alterando ao longo da trajetória de vida das crianças e que estudar essa relação leva a se compreender como a criança também se relaciona com a família e com a própria rua.

Além disso, muitas vezes, as crianças evadem do lugar, do bairro, por um outro motivo, distinto da vontade de dar “um rolê”, como por exemplo, a sazonalidade. No verão, época em que a cidade abriga muitos turistas, as crianças deslocam-se para os bairros turísticos, onde conseguem mais dinheiro, especialmente entre turistas estrangeiros, para os quais algumas delas se dispõem como guias. A época de turismo também favorece ações de

“recolhimento” por parte do Estado, a fim de que as crianças não estejam à mostra nas ruas, causando medo e denunciando as “imperfeições” da cidade. Outro fator importante que provoca a dispersão das crianças nos bairros é a recuperação de locais de encontros e/ou dormida, por proprietários.

Enfim, o contexto rua é atravessado por diferentes sentidos. Além da imagem de perigo e espaço de aprendizagem da delinquência que a rua tem, as crianças em situação de rua atribuem a este espaço uma imagem de liberdade e autonomia, possuidora de atrativos lúdicos, rentáveis e utilitários os mais variados. As possibilidades de movimentação e ausência de limites determinados fazem da vida nas ruas uma estrutura particular para essas crianças, constituindo-se enquanto uma rede de relações importantes para seu desenvolvimento e por isso “a rua deve ser compreendida, não só como espaço físico concreto, mas também como contexto onde são estabelecidas e desenvolvidas as principais relações de socialização da criança e do adolescente que nela vivem, de forma parcial ou integral” (NEIVA-SILVA e KOLLER, 2002, p. 222). Assim, é importante considerar que a rua não pode ser entendida a partir de um único ponto de vista. Nela estão contidas todas as ambiguidades: é boa e má, simultaneamente; é prisão e liberdade; prazer e sofrimento.

3.2 Apresentação de si: dilemas identitários e desafios

A tendência para definir expectativas frente a grupos de pessoas é fato corriqueiro da vida em sociedade. Atribui-se a esses grupos – definidos a partir de uma determinada característica ou condição – um jeito de ser e espera-se que essa expectativa se realize, o que pressupõe que as pessoas são seres sempre idênticos a si mesmos e portadores de características permanentes e estáveis. É mais ou menos assim que, no cotidiano, é compreendida a palavra “identidade”. O que com frequência é negligenciado é que as expectativas acabam por fazer parte das pautas de comportamento usuais das pessoas a quem se atribui o pertencimento a um dado grupo. Neste caso, defini-se as características para a categoria “meninos de rua” e essa imagem se cristaliza em favor de uma suposta identidade homogênea para as crianças em situação de rua, o que provoca o abandono do caráter processual e dinâmico característico de seres em desenvolvimento.

Daí a expectativa generalizada de que alguém deve agir de acordo com suas predicções e, conseqüentemente, ser tratado como tal. De certa forma, reatualizamos, através de rituais sociais, uma identidade pressuposta, que assim é vista como algo dado (...) com isso, retira-se o caráter de historicidade da mesma,

aproximando-a mais da noção de um mito que prescreve as condutas corretas, reproduzindo o social (Ciampa, 1990, p. 163).

As observações feitas nesta pesquisa permitem afirmar que muitos dos comportamentos das crianças podem ser compreendidos a partir dessa ótica, ou seja, do que é esperado que elas façam enquanto “meninos de rua”, cumprindo as expectativas que a sociedade tem a seu respeito. Desta forma, elas acabam por participar da manutenção da situação em que vivem, fragilizando a possibilidade de assumirem outros papéis – o de estudantes, se permanecessem na escola ou o de filhos se não se ausentassem de casa, por exemplo.

A aparência física é uma qualidade distintiva fundamental que exprime como as crianças nas ruas assumem sua identidade grupal, cultural e etnográfica de “meninos de rua”. Como dito no tópico anterior, as crianças estão sempre descuidadas fisicamente. A aparência maltrapilha parece fazer parte também de uma estratégia para provocar comiseração ou medo nas pessoas. Mas, é possível ver situações em que a criança alterna sua apresentação. A exibição maltrapilha pode ser abandonada quando é conveniente aparecer como um menino de classe média.

A problemática da apresentação de si e o que se interpõe à sua constituição caracterizam-se como uma via de mão dupla. Ao mesmo tempo em que o contexto social prescreve o acesso às oportunidades e condições de vida e pressupõe características e modos de ser e de viver, as pessoas conformam-se a essas prescrições e parecem não buscar assumir outras formas de vida. Acabam representando, repetindo o único papel que a sociedade lhe propõe (CIAMPA, 1990). Postas à margem do acesso a melhores condições vida, as crianças parecem assim se conformar, apesar das tentativas de se contraporem, de não serem “meninos de rua”.

Contrapondo-se à ideia de permanência que emerge da atribuição de características a um dado grupo, como os “meninos de rua”, a construção da maneira como cada pessoa se representa e apresenta-se aos outros é construída na interação entre a pessoa e seu contexto. Assim, são do contexto histórico e social que emergem as possibilidades e impossibilidades, os modos e alternativas de vida (CIAMPA, 1990), de representação de um si mesmo, de posicionamentos no mundo. Assim, se estão contextualizados em determinado contexto sócio-cultural, esses significados são fluidos. Podem ser transformados, recriados.

A variabilidade do discurso das crianças é uma forma de se entender essa busca de credibilidade no papel assumido, como tentativa de angariar vantagens, a depender do público-alvo. Aptekar (1996) reforça essa afirmação quando discute os problemas metodológicos que envolvem as pesquisas com crianças em situação de rua, uma vez que seus discursos variam de acordo com quem está ouvindo e com a necessidade do momento. Segundo este autor, “apresentar informações sobre si próprios é parte de suas habilidades de sobrevivência que, assim como para outros artistas nômades, baseia-se em suas habilidades em manipular sua audiência” (Aptekar, 1996, p. 158).

Outra forma importante de apresentação de si pode ser considerada como uma estratégia de sobrevivência: a masculinização das meninas. A menina se defende contra os riscos a que está exposta na rua, espaço primordialmente masculino, utilizando-se do recurso de parecer um menino. Com essa apresentação busca a aceitação de sua presença no grupo pela indiferenciação das atividades desenvolvidas pelos meninos. Esse recurso ainda pode funcionar como uma defesa contra abusos aos quais estão expostas prioritariamente as meninas.

Uma vez criada a categoria “meninos de rua”, as características que a definem parecem ser fixas e específicas: aparência física peculiar, apropriação de determinado espaço, ambiente, etc. Entretanto, por mais que as crianças estejam assumindo esse perfil, as formas de se apresentarem e se representarem estão atreladas aos dilemas que demonstram ambiguidades e contradições, que se processam concomitantemente às características que parecem fixas. As crianças em situação de rua parecem assumir o papel de “meninos de rua”, mas apesar da “pressão” social de reafirmarem este papel, estão sempre presentes à construção de suas identidades dilemas, percepções contraditórias de si mesmas, muitas vezes mutuamente excludentes. Esses dilemas e contradições podem ser entendidas como tentativas de não serem “meninos de rua”.

Outro dilema importante a ser considerado, refere-se ao se conseguir dinheiro, seja pela mendicância ou através de práticas delituosas, conseguir dinheiro nem sempre se relaciona diretamente com a satisfação de necessidades imediatas, ligadas à sobrevivência como, por exemplo, a alimentação. O confronto diário com as vitrines das lojas promovem novas necessidades e acirra o desejo de participar da sociedade de consumo e responder aos apelos da mídia. A prática do roubo é, muitas vezes, motivada pela compra de itens de consumo. Ter roupas e acessórios “legais” integra um sentimento de participação na

sociedade de consumo, uma mas também parece ser uma espécie de contraposição à imagem do “menino de rua” que, geralmente, veste roupas doadas, que não as individualiza e apenas confirma seu estatuto de não pertencimento.

Outro dilema corrente entre elas refere-se ao sentimento de serem crianças ou não. Discute-se acerca da perda da infância ou da sua privação e exclusão, enfocando que a busca, nas ruas, de possibilidades de sobrevivência, destituiria a criança de sua infância. A criança vive esse dilema, muitas vezes, demonstrando não saber ao certo se se consideram ou não como crianças. Ao mesmo tempo em que expressam que sim, em outros momentos avaliam que algumas atividades são infantis demais para elas. Foi possível perceber também que uma criança pode tratar a outra como “criança” para quem certas atividades estariam vetadas.

Ser ou não ser criança relaciona-se intimamente com a questão do trabalho que sempre aparece no discurso das crianças como consequência lógica da fase adulta. Quando se conversava sobre o que gostariam de fazer da vida ao ficarem mais velhos, todos respondiam que estariam trabalhando como se, nesse momento de suas vidas, o trabalho não tivesse um lugar. Mas o espaço ocupado pelo trabalho na vida dessas crianças é facilmente identificável quando elas descrevem algumas de suas atividades. Era comum escutá-las convocando umas às outras para o trabalho. Segundo Matias e Francischini (2010), “o trabalho é a atividade mais comum em que são encontradas as crianças em situação de rua e, até certo ponto, definidora de sua condição” (p. 272). É importante pontuar que “trabalho” tem uma acepção vasta incluindo não apenas a limpeza de parabrisas ou as apresentações de malabares e medicância, mas a toda atividade realizada para conseguir dinheiro, inclusive a delinquência.

Entre as crianças observadas aparece algo que pode ser chamado de “moral ambígua”. Paludo (2010) diz que, apesar de parecer consenso de que aqueles que utilizam o espaço da rua sobrevivência são amorais, as crianças revelam julgamentos morais sobre suas atitudes. Elas têm claramente consciência de que praticam atos condenáveis ou ilegais, mas, ainda assim continuam a agir dessa forma, postergando para a vida adulta a adoção de um padrão de vida diferente do atual. Apesar de considerar sua atitude inapropriada, essa criança está convencida que não pode mudar, pois, segundo ela, o arrependimento só acontece quando se é adulto. A maioria traz consigo o caráter da imputabilidade, da

responsabilidade pelos atos, da condenção e isso pode servir como reforço para, quem sabe, mudança de vida.

Finalmente, outra característica que faz parte da maneira de apresentação das crianças é o que aqui está sendo chamado de desafio. O desafio faz parte do seu cotidiano e pode ser identificado com facilidade, por exemplo, quando, respondendo aos apelos do consumo, motiva ações para satisfazê-los como o roubo. O desafio está presente igualmente quando a criança contraria sua própria invisibilidade. Comparecendo no cotidiano da cidade ela confirma sua existência, na sua recusa em permanecer na obscuridade dos bairros periféricos de sua origem.

Enfim, a soma dos fragmentos da apresentação que as crianças elaboram de si mesmas apresentada aqui não pretende esgotar o que perpassa a maneira pela qual as crianças que estão nas ruas se percebem como pessoas. Entende-se que, longe de serem constituídas de uma vez por todas, as formas como as pessoas se percebem, e se apresentam aos outros na vida em sociedade estão em um processo contínuo de criação e transformação. As ambiguidades e os dilemas vividos pelas crianças expressam essa processualidade e dinâmica.

3.3 A Carreira da Criança de Rua

Adotar a noção de carreira de rua defendida por Lucchini (2000, 2003) implica em abandonar a ideia de atribuir características fixas aos grupos de crianças que estão nas ruas. Essa ideia traz a noção da variabilidade de dimensões que constituem o fenômeno de crianças que vivem e/ou sobrevivem nas ruas. Além disso, carreira é aqui entendida não como trajetórias lineares, mas como construções de itinerâncias particulares, fruto das experiências pessoais de cada criança.

Quando Lucchini (2003) trabalha com a ideia de uma trajetória que configura a carreira de rua, ele aponta para o fato de que essa “não pode ser definida unicamente a partir de critérios tais como a presença na rua e a ausência de relações com membros de sua família” (p. 46). O autor compreende que existem numerosos fatores e situações intermediárias, tais como fatores ligados à família, como composição, organização, força e qualidade dos laços, situação econômica; fatores biológicos, como idade e sexo; fatores ligados à rua; ligados ao espaço urbano e fatores macroscópicos, como a situação política, econômica e social do país, entre o continuum das relações das crianças com adultos

responsáveis e a permanência na rua. A partir da interrelação desses fatores resultam histórias particulares, diferentes, que descaracterizam o pressuposto de que as crianças que estão nas ruas apresentam, grande unidade e coerência entre si.

Ainda segundo o autor (LUCCHINI, 2003), a criança não se torna “menino de rua” no primeiro momento que ela sai de casa, mas a atualização desse status depende das circunstâncias que provocaram a saída de casa, dos rituais específicos da história de cada uma e à proporção que a criança se apropria, simbólica e materialmente, do espaço e da cultura da rua. Assim, tornar-se “menino de rua” significa desenvolver uma carreira, que se constitui de forma gradual e evolutiva, formando uma trajetória particular. “Essa trajetória (...) é um elemento constituinte da heterogeneidade psicossociológica que caracteriza as crianças de rua” (p. 46).

Justamente por isso é muito difícil compreender porque somente algumas entre as que vivem em condições de vida semelhantes, saem de casa:

é muito simples invocar a miséria, a violência, a promiscuidade, a instabilidade das relações familiares e possíveis conflitos entre os pais, a ausência de adultos responsáveis [...]. Considerado de maneira isolada, um fator, mesmo importante, não explica nada. (Lucchini, 2003, p. 51).

A vivência na rua permitiu ter clareza dessa heterogeneidade e complexidade. Ao se conhecer diferentes histórias de cada uma das crianças, foi percebido a impossibilidade de generalizações e, principalmente, de redução dos motivos da saída de casa aos fatores macrossociais, apenas. A forma como cada criança entende suas condições, seus desejos e, conseqüentemente, suas expectativas, permeiam a decisão de ir para a rua⁹.

Justamente por isso é que muitas vezes a saída de casa pode ser uma escolha que parece ser racional e lógica, pois as crianças irão buscar segurança, proteção e afetividade que não encontram na família e/ou comunidade (Rizzini, 2003). Assim, a saída de casa é uma escolha da criança que vislumbra encontrar na rua aquilo que sua família e comunidade não conseguem lhe oferecer. Isso significa dizer que a ida para a rua “caracteriza, em muitos casos, uma reconfiguração das possibilidades da criança onde ela busca ampliar seu horizonte de vida” (Rizzini, 2003, p. 184), sendo uma busca de alternativa às condições que a sociedade lhe impôs, por ser pobre.

⁹ Não se está desconsiderando, entretanto, o que pesquisadores (NEIVA-SILVA, MORAIS e KOLLER, 2010) vem apontando como necessidade de que resultados como estes sejam complementados com investigações de cunho quantitativo, que utilizem técnicas de amostragem adequadas, que possibilitariam um panorama amplo do fenômeno das crianças em situação de rua.

Ouviu-se discursos aparentemente coerentes e que ratificam o que as pesquisas elencam como motivos que fomentam a decisão das crianças de partirem para a rua. Desde motivos supostamente banais, como juntar dinheiro para ir a uma festa; até os mais comumente conhecidos, relacionados à violência entre membros da família, por exemplo. Mas também existem histórias inesperadas, como a de uma adolescente de classe média, que estava na rua há 06 meses, que fugiu de casa para usar drogas e não voltou.

Por mais que a presença de crianças de classe média nas ruas seja exceção, a história dessa criança fala de uma implicação pessoal relacionada com a maneira que ela compreende sua vida e expectativas. Afinal, “as crianças não somente se adaptam à situação; elas ativamente tentam superar suas dificuldades ao unirem-se a um outro mundo, o da rua, ao criarem o seu próprio universo, sua rua” (Stoecklin, 2003, p. 97). É difícil imaginar o que faria uma criança de classe média deixar o conforto de sua casa, para viver nas ruas e porque ele nunca foi resgatado pela família que, supostamente teria muito mais recursos para acessar as instituições competentes e trazê-lo de volta para casa. Reduzir sua escolha ao consumo de drogas não parece igualmente dar conta de toda a lógica de sua escolha.

A heterogeneidade do fenômeno da presença de crianças nas ruas também é caracterizado pelo aspecto gradativo da atualização do status de “menino de rua”. Existem diferenças notórias entre as crianças que estão na rua a mais tempo e aquelas que ainda estão apenas seduzidas pela possibilidade de inserir-se nesse espaço. A atualização do status de “meninos de rua” vai alcançando contornos mais definidos a partir da aprendizagem do jeito próprio de viver na rua, da cultura desse espaço, o que é preciso ser feito para fazer parte desse contexto.

Ao longo do ano de convivência, na observação participante, foi-se entendendo que não é possível encontrar uma resposta única e satisfatória que se adeque a todas as crianças. As histórias são particulares, idiossincráticas, carregadas de sutilezas e contradições que cada uma dessas crianças carrega consigo e que pode auxiliar na compreensão de suas escolhas e decisões. São muitas as dimensões relacionadas, formando um arranjo de elementos interligados que opera como um todo, como um sistema. Assim, o contexto da rua; as formas de apresentação de si mesmas; as relações com os diversos atores e instituições sociais; as relações familiares, todas estas dimensões fazem parte, juntas, da

configuração da carreira de rua de cada uma das crianças e devem ser entendidas como aspectos de um mesmo universo.

3.4 Relações e Vínculos Familiares

Na revisão dos estudos sobre crianças em situação de rua, a relação entre crianças e o abandono ou ausência de relação familiar é persistente. Entretanto, todas as crianças conhecidas durante a observação, sem exceção, tinham alguma referência familiar e quase sempre uma casa para onde voltar. Moraes, Paludo e Koller (2010) reforçam esse achado quando afirmam que, mesmo em situação de rua, as crianças mantêm algum tipo de contato com sua família. A criança não perde o vínculo familiar, ela constrói relações de outra natureza.

A acepção ou concepção da família, neste contexto, ganha outra dimensão, pois há uma reestruturação da organização familiar que nem sempre corresponde ao estereótipo da família tradicional. Como afirma Rizzini: “o reconhecimento de novos arranjos familiares não aponta para o que muitos consideram o ‘fim da família’, pois esta enquanto uma construção social e simbólica continua sendo um valor estruturador da vida social” (2003, p. 156). Ao longo do trabalho de observação participante, foi possível conhecer diferentes formas de configuração familiar, expressas no discurso das próprias crianças.

Apesar de ser um local privilegiado para o compartilhamento de afinidades e afeições, nem sempre a família consegue dar conta da criação de vínculos estáveis e de atitude positiva com relação a seus membros. Por isso a importância de se discutir as relações que as crianças que vão às ruas estabelecem com seus familiares. Diferentes aspectos e dimensões compõem os motivos que levam as crianças às ruas, porém, os tipos de vínculos construídos entre as crianças e seus familiares, muitas vezes, parecem funcionar como reforçador para a saída de casa, pois a ida à rua é motivada pela “contraposição de valores e normas nos campos de ação da vida da criança” (Rizzini, 2003, p. 180) Com isso, reforça-se a tese de que é a própria criança que abandona o convívio familiar, quando os laços e vínculos estão esvaziados, em busca de referenciais que lhe sirvam como fonte de apoio e segurança.

“O que será que acontece nas famílias para que as crianças não queiram permanecer nesses espaços?” (Rizzini, 2003, p. 157). Ou, “O que está por trás da desistência da família?” (p. 169). O que, além do espaço físico, faz uma criança dizer “*minha casa é apertada... não*

dá pra mim não”. Sem pretensão de responder às perguntas de Rizzini nem dar conta do conteúdo subjacente na afirmação, citada acima, feita por uma criança, tem-se como propósito levantar possibilidades de reflexão acerca das relações familiares construídas entre a criança que vai para as ruas e seus próximos e como estas relações podem fazer parte dessa desistência da família.

Outro ponto importante é quando os próprios pais levam seus filhos à rua para que eles peçam esmolas e fiquem nos sinais. Não se pode dizer que levar os filhos à rua seja sinônimo de enfraquecimento de vínculo, falta de afetividade ou proteção. Entretanto, como a família é também um espaço para construção de práticas e rotinas, elaboração de significados culturais e padrões de interação que se tornam singulares para cada família e para cada membro, levar as crianças à rua tanto pode incitar a saída de casa, por parte da criança, mas com certeza as impede de viver outras oportunidades, como seguir sua escolaridade normalmente.

Um ponto importante a considerar, ainda, diz respeito aos significados que as crianças atribuem a seus pais. É comum, se referirem com respeito às figuras materna e paterna. Além do respeito, há também uma tendência de defesa dos pais contra xingamentos por parte de outras crianças. Essa defesa também é expressa, ainda que de forma indireta, na identificação com os pais, mesmo que estes tenham sido condenados por suas escolhas: uma criança de 03 anos disse que queria ser como seu pai, ladrão. A relação com os irmãos também deve ser considerada quando falamos das relações familiares. Além de ter conhecido pares de irmãos, na rua, que geralmente ficavam juntos, a fala de alguns transmitia afeição e cuidado para com os irmãos que estavam em casa. Para a criança que afirmou *“minha casa é apertada... não dá pra mim não. Dá pra meu irmão. É mais menor e fica dentro”*, o aperto, além de físico, material, pode estar igualmente relacionado a dificuldades de manutenção de todas as crianças o que auxilia a busca de soluções, de uma vida diferente daquela que ele vive. A figura da criança da afirmação acima é de um garoto pequeno e magro; a depender da idade do irmão, provavelmente, ele não seria muito maior. Sair de casa, foi para ela, segundo seu relato, também uma forma de dar uma chance para que seu irmão permaneça e não precise sair de casa. Moraes, Paludo e Koller (2010) também afirmam esta questão quando discutem *“as dificuldades que a condição de pobreza material pode implicar para a garantia de adequadas condições de vida e desenvolvimento”* (p. 182).

4 Considerações Finais

As reflexões que esse trabalho de pesquisa proporciona indicam que generalizar o fenômeno das crianças em situação de rua como homogêneo, independente de onde ele apareça, é inconveniente e em nada auxilia na transformação da vida difícil que levam as crianças que vivem em situação de rua. Mas não se pode esquecer que foi tentando mudar a vida que levavam em suas comunidades de origem que elas iniciaram sua “carreira de rua”. Se a mudança que promoveram era ilusória, nem por isso pode ser desconsiderada enquanto ação guiada por um desejo. E se a “solução” que encontraram é, de certa forma, semelhante, as histórias vividas até chegarem a ter a rua como casa são idiossincráticas e individualizadas bem como as relações que mantêm com suas famílias, com as outras crianças, com os adultos, com a vida.

Cada criança constrói uma história própria e peculiar. A singularidade de cada história, da cultura do grupo de crianças descrita neste estudo, confirma a heterogeneidade psicossociológica que Lucchini (2000, 2003) aponta como fundamental à compreensão da complexidade que é o fenômeno da presença de crianças nas ruas e que deveria impedir de afirmar a existência unívoca de modalidades de partida e permanência nas ruas, de condições de vida, de entender e se apropriar da rua por parte das crianças. Segundo o autor, as características próprias do ambiente da criança, como condições familiares, natureza das redes de apoio, etc. não dão conta de explicar porque somente algumas crianças saem de suas casas, pois os fatores que filtram a influência do ambiente são de ordem pessoal e dizem respeito à forma como a criança se relaciona com o ambiente, aos seus recursos sócio-cognitivos e emocionais.

A compreensão da vida nas ruas, portanto, não se resume unicamente ao que é visível, ao que parece coerente. Reconhecer que a criança assume papel decisivo na adoção dessa alternativa de vida faz parte da busca de formas alternativas e inovadoras de encaminhar essa questão comum no cotidiano urbano em países pobres, mas, não apenas neles. É trazendo a criança para o centro da cena, entendendo-a como protagonista de sua vida e dona de um discurso próprio que a pesquisa pode avançar e contribuir de forma ativa para auxiliar essas populações de crianças. Nesse sentido, é importante a ampliação do debate acerca do estatuto epistemológico da criança, adotando “uma visão fenomenológica que se interesse pela experiência das crianças, por seu papel de atores” (Montandon, 2001, p. 47).

Essa forma de ver as coisas significa dar um salto qualitativo na compreensão da infância, no que propõe apreender a criança não como um vir a ser, mas como sujeito pleno que se realiza e atualiza no presente. Dessa forma é que estudar a criança a partir da cultura e dos saberes que ela constrói na interação com seus pares e com os adultos parece ser uma via para o desenvolvimento do campo psicológico.

5 Referências Bibliográficas

- ABDELGALIL, S.; GURGEL, R. G.; THEOBALD, S. & CUEVAS, L. E. Household and family characteristics of street children in Aracaju, Brazil. **Disease in Childhood**, v. 89, p. 817-820, 2004.
- ALI, M.; SHAHAB, S.; USHIJIMA, H. & MUYNCK, A. Street children in Pakistan: A situational analysis of social conditions and nutritional status. **Social Science & Medicine**, v. 59, p. 1707–1717, 2004.
- APTEKAR, L. Crianças de rua nos países em desenvolvimento: uma revisão de suas condições. **Psicologia Reflexão e Crítica**, v. 9, n. 1, p. 153-184, 1996.
- CARVALHO, I. M. M. & ALMEIDA, P. H. Família e proteção social. **São Paulo em Perspectiva**, v. 17, n. 2, p. 109-122, 2003.
- CERQUEIRA-SANTOS, KOLLER, PILZ, DIAS & WAGNER. Concepções de policiais sobre crianças em situação de rua: um estudo sobre preconceito. **Psico-USF**, v. 11, n. 2, p. 249-256, 2006.
- CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a história da Severina**. Um ensaio de Psicologia Social. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CIRINO, D. C. e ALBERTO, M. F. P. Uso de drogas entre trabalhadores precoces na atividade de malabares. **Psicologia em Estudo**, vol.14, no.3, p.547-555, 2009.
- COULON, A. **L’Ethnométhodologie**. 5 ed. Paris: PUF, 2007.
- DAVIES, A. Childish Culture? Shared understandings, agency and intervention: an anthropological study of street children in northwest Kenya. **Childhood**, vol. 15, n. 3, p. 309-330, 2008.
- GRUNDLING, J. & GRUNDLING, I. The concrete particulars of the everyday realities of street children. **Human Relations**, v. 58, n. 2, p. 176-190, 2005.
- LAPLANTINE, F. **A descrição etnográfica**. São Paulo: Terceira Margem, 2004.
- LUCCHINI, R. A criança da rua: realidade complexa e discursos redutores. **Infância e Juventude**, v. 1, p. 9-44, 2000.
- LUCCHINI, R. A criança em situação de rua: uma realidade complexa. In: RIZZINI, I. **Vida nas ruas**. Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis? Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

MATIAS, H. J. D. e FRANCISCHINI, R. crianças em situação de rua: trabalho e processos de socialização. In: MORAIS, N. A., NEIVA-SILVA, L. e KOLLER, S. H. **Endereço desconhecido**. Crianças e adolescentes em situação de rua. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

MENEZES, D. M. do A. & BRASIL, K. C. T. Dimensões psíquicas e sociais da criança e do adolescente em situação de rua. **Psicologia Reflexão e Crítica**, v. 11, n. 2, p. 327-344, 1998.

MINERVINO, C. A. S. M. et al. Emoções nas ruas: uso do "Test of Emotions Comprehension" em crianças em situação de trabalho na rua. **Psicologia Reflexão Crítica**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, 2010.

MIZEN & OFUSU-KUSI. Asking, giving, receiving: Friendship as survival strategy among Accra's street children. **Childhood**, v. 17, n. 4, p. 441-454, 2010.

MONTANDON, C. Sociologia da infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa. **Cadernos de pesquisa**, v. 112, p. 33-60, 2001.

MORAIS, N. A., NEIVA-SILVA, L. e KOLLER, S. H. **Endereço desconhecido**. Crianças e adolescentes em situação de rua. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

MORAIS, N. A., PALUDO, S. e KOLLER, S. H. Famílias de crianças e adolescentes em situação de rua. In: MORAIS, N. A., NEIVA-SILVA, L. e KOLLER, S. H. **Endereço desconhecido**. Crianças e adolescentes em situação de rua. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

MOURA, E. B. B. Meninos e meninas de rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha. **Revista Brasileira de História**, v. 19, n. 37, p. 85-102, 1999.

NATARER, A., GODINA, V. V. **Bomzhi** and their subculture: An anthropological study of the street children subculture in Makeevka, eastern Ukraine. **Childhood**, v. 18 n. 1, P 20-38, 2011.

NEIVA-SILVA, L. "Expectativas futuras de adolescentes em situação de rua: um estudo autofotográfico". 2003. 176f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2003.

NEIVA-SILVA, L. e KOLLER, S. H. A rua como contexto de desenvolvimento. In: LORDELO, E. R.; CARVALHO, A. M. A.; KOLLER, S. H. **Infância brasileira e contextos de desenvolvimento**. Salvador/São Paulo: EDUFBA/Casa do Psicólogo, 2002.

PALUDO, S. Emoções morais: desvelando a moralidade das crianças e adolescentes em situação de rua. In: MORAIS, N. A., NEIVA-SILVA, L. e KOLLER, S. H. **Endereço desconhecido**. Crianças e adolescentes em situação de rua. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

RIZZINI, I., CALDEIRA, P., RIBEIRO, R. e CARVANO, L. M. **Crianças e adolescentes com direitos violados**. Situação de rua e indicadores de vulnerabilidade no Brasil urbano. Os processos de construção e implementação de políticas públicas para crianças e adolescentes em situação de rua. Rio de Janeiro: PUC-Rio: CIESPI, 2010.

RIZZINI, I. (coord.). **Vida nas ruas**. Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis? Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

SANTANA, J. P., DONINELLI, T. M., KOLLER, S. H. Trajetória de vinculação institucional de crianças e adolescentes em situação de rua. In: MORAIS, N. A., NEIVA-SILVA, L. e KOLLER, S. H. **Endereço desconhecido**. Crianças e adolescentes em situação de rua. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

SANTANA, J. P. “Cotidiano, expressões culturais e trajetórias de vida: uma investigação com crianças em situação de rua”, 2007. 310f. Tese (Doutorado em Sociologia da infância) – Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2007.

SARMENTO, M. J. Infância, exclusão social e educação como utopia realizável. **Educação e Sociedade**, v. 23, n. 78, p. 265-283, 2002.

SIROTA, R. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. **Cadernos de Pesquisa**. v. 112, p. 7-31, 2001.

STOECKLIN, D. Das potencialidades de crianças e adolescentes em situação de rua ao desenvolvimento social. In: RIZZINI, I. **Vida nas ruas**. Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis? Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. (6a ed.). São Paulo: Martins Fontes, 2003.

RECEBIDO EM 55 DE SETEMBRO DE 2011.

APROVADO EM 06 DE OUTUBRO DE 2011.